A Presença Portuguesa no Paraná: trabalho, integração e sociabilidade

Roseli Boschilia*
Celina Fiamoncini**
Giseli Cristina Passos***

Introdução

Ao chegar à capital da província do Paraná, em 1870, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither comparou a cidade de Curitiba a um acampamento de guerra, no qual as pessoas pareciam estar sempre na eminência de partir[1]. Nesse momento, a capital do Paraná, recém emancipada de São Paulo, com pouco mais de doze mil habitantes, efetivamente carecia de investimentos na área de infraestrutura, sobretudo no que se referia à iluminação pública, arruamento e transporte. Contudo, timidamente, despontava como um espaço promissor para forasteiros que estivessem em busca de trabalho.

Esse crescente interesse devia-se, em grande parte, a conjuntura econômica favorável que a jovem província vivenciava, graças à produção e exportação da erva mate. Todavia, com os esforços voltados exclusivamente para a economia do mate a produção de gêneros de subsistência ficara relegada a um segundo plano, o que provocou a carência desses produtos no mercado. Na tentativa de suprir essa demanda, o governo provincial estabeleceu políticas de imigração, visando incentivar a vinda de colonos europeus interessados em atuar na área de produção de hortigranjeiros. A instalação de grande contingente de imigrantes nos arredores da capital paranaense, contribuiu favoravelmente não só para o crescimento urbano como também para o incremento do comércio e da indústria, abrindo novas frentes de trabalho.

Diante desse panorama promissor, a província recebeu novos grupos de imigrantes que para lá se dirigiram de modo espontâneo. Entre esses estavam, especialmente, indivíduos de origem germânica e portuguesa. Enquanto os primeiros vinham da província vizinha de Santa Catarina – onde haviam sido instalados anteriormente pelo governo – os portugueses eram procedentes de São Paulo e Rio de Janeiro.

Porém, ao contrário dos demais grupos étnicos que eram trazidos com amparo do governo brasileiro e, portanto, direcionados para a área rural, os portugueses e germânicos preferiam permanecer na área urbana, atuando na área de comércio e serviços.[2] Talvez, pela maior visibilidade que tinham no espaço urbano, esses dois grupos chamaram a atenção do viajante inglês. Nas anotações acerca do comércio curitibano, Bigg-Wither deixou registrado que "todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses, enquanto a grande maioria das lojas menores estava nas mãos dos alemães".[3] As observações do cronista, ainda que moduladas pelo olhar de um estrangeiro de passagem, são confirmadas pela historiografia contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos

portugueses. Estudos mostram que, na metade do século XIX, a capital paranaense era, em números absolutos, a segunda maior colônia de portugueses no Sul do Brasil, perdendo apenas para a cidade de São Paulo.[4] Do mesmo modo, historiadores paranaenses afirmam que os imigrantes portugueses chegados ao Paraná em meados do século XIX eram "ao final do século os mais importantes capitalistas do Estado".[5]

Mas afinal, quem eram esses imigrantes portugueses que se radicaram no Paraná? Eram camponeses pobres que migravam em busca de novas oportunidades de trabalho, ou faziam parte de uma camada minoritária que optou pela emigração por outros motivos? Quais foram as estratégias utilizadas por eles para inserir-se no mercado de trabalho e integrar-se socialmente à sociedade receptora?

A partir desses questionamentos e com base nos conceitos de estratégia e tática, utilizados por Michel de Certeau para analisar as práticas cotidianas[6], este artigo busca refletir sobre a dinâmica migratória dos portugueses radicados no Paraná, traçando um panorama que possibilite a compreensão do processo de reimigração desse grupo de centros maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, bem como sua rápida ascensão econômica e social na sociedade paranaense.

Paranaguá: um novo porto de chegada

Como se sabe, o Brasil era um dos destinos preferenciais para os portugueses não só devido às facilidades da língua, da religião e da cultura comum, mas, sobretudo, porque aqui o imigrante tinha possibilidade de receber salários mais altos do que em Portugal, especialmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que eram os dois mercados de mão de obra mais dinâmicos do país. Esse fator poderia mostrar-se atrativo para portugueses que, a despeito de sua origem camponesa, já possuíam alguma experiência em atividades artesanais, manufatureiras e industriais nas cidades próximas às que moravam ou em rústicas oficinas das aldeias transmontanas. Desse modo, como observa Lobo[7], boa parcela desses imigrantes era composta de artesãos, de caixeiros e de operários, sem qualquer vinculação com o campo.

Ao chegarem ao Brasil, entretanto, embora contassem com o apoio de seus compatriotas, nem sempre conseguiam o emprego desejado nas grandes cidades, pois devido ao crescente número de imigrantes, a concorrência, sobretudo no comércio, mostrava-se cada vez mais acirrada. Assim, muitos eram aqueles que preferiam deslocar-se para localidades menores, onde as oportunidades de emprego e de negócios mostravam-se mais promissoras.

A província do Paraná, apesar de ser considerada uma zona inóspita, estava situada em região estratégica, visto que constituía desde o século XVI, o principal eixo de ligação para aqueles que se dirigiam, pelo interior do continente, às áreas meridionais do Império.

A primitiva Vila de Paranaguá, situada no litoral, havia sido fundada por portugueses vindos da região de São Vicente em meados do século XVII e desde o início do seu povoamento era importante ponto de apoio à política de ocupação e defesa dos territórios

da Coroa Portuguesa contra os castelhanos. Já a Vila de Curitiba passara a contar com a presença cada vez maior de portugueses, a partir do século XVIII, inicialmente em função da abertura do Caminho das Tropas e, posteriormente, com a expansão da economia do mate que promoveu a ocupação do território paranaense para além do chamado Paraná tradicional, que compreendia a região de Curitiba e litoral.

Assim, em meados do Oitocentos, embora ainda muito acanhadas, as duas cidades configuravam-se como boas opções para os imigrantes que pretendiam buscar novas oportunidades de trabalho fora dos centros urbanos mais populosos.

Desse modo, o Paraná recebeu, ao longo do século XIX, grande número de portugueses procedentes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contudo, devido à escassez de registros acerca dos imigrantes que entraram espontaneamente na província, a tarefa de tentar localizar ou quantificar esses indivíduos deve levar em conta os silêncios e lacunas existentes nas fontes oficiais. Diante desse quadro, a documentação disponível nos livros de desembarque de imigrantes, bem como os registros de naturalização, ainda que contenham informações incompletas e lacunares, permitem traçar o perfil dos portugueses que reimigraram para o Paraná.

Com esse intuito, foram analisados quatorze livros de desembarque de imigrantes do Porto de Paranaguá, que cobrem dois períodos do último quartel do século XIX: 1876-1879 e 1885-1896.[8] Com relação aos registros de naturalização foram pesquisados dois conjuntos distintos de documentos: o primeiro, localizado na Câmara Municipal de Curitiba, refere-se aos pedidos encaminhados aquele órgão entre os anos de 1835 e 1881; já, o segundo, que cobre o período entre 1878 e 1892, foi pesquisado junto às Correspondências do Governo da Província do Paraná.

De acordo com os registros de desembarque, dos cinquenta e sete imigrantes lusos que deram entrada no porto de Paranaguá, entre as décadas de 1870 a 1890, apenas dois deles afirmaram não terem vindo da capital do Império.[9] Do mesmo modo, as cartas de naturalização corroboram as informações contidas na documentação supracitada, exibindo elevado percentual de imigrantes portugueses que passaram por outros lugares antes de radicar-se na província paranaense. Nesse sentido, é importante lembrar que dos onze imigrantes que encaminharam pedido de naturalização à Câmara Municipal de Curitiba, oito deles, informaram haver residido, anteriormente, em outros locais do país. De igual maneira, dos quarenta e cinco pedidos de naturalização feitos ao governo provincial, mais da metade continha a observação de que os interessados residiam "há muitos anos no Brasil".

Cabe notar que mesmo quando essas observações estavam ausentes nas petições, os imigrantes deixavam indícios de sua permanência em outros locais, fazendo referência, por exemplo, à existência de filhos nascidos fora da província ou ao local onde haviam se casado. Dessa forma, fica evidente o caráter de reimigração, característico do grupo português presente no Paraná.

Além do percentual significativo de reimigrantes portugueses que se radicaram na província paranaense, outro aspecto que chama atenção na documentação pesquisada

diz respeito a forte predominância de homens nesse contingente, uma vez que as mulheres representavam apenas 25% dos imigrantes desembarcados em Paranaguá. Assim, percebe-se que, de modo geral, o português que se radicou no Paraná apresentava perfil semelhante aos demais imigrantes portugueses que chegaram ao país no mesmo período. Ou seja, era preferencialmente jovem, solteiro, do sexo masculino e originário das aldeias da região Norte de Portugal.

O elevado percentual de imigrantes jovens e solteiros pode ser comprovado ainda pelo indicativo da idade informada no momento da chegada e pelas frequentes declarações encontradas nas cartas de naturalização, fazendo alusão ao fato desses imigrantes morarem "no Brasil desde antes do casamento" ou serem "casado[s] com mulher brasileira".

Segundo Matos, a prática dos homens emigrarem sozinhos, na tentativa de se estabelecer e só posteriormente chamarem os familiares pode ser identificada como uma prática preventiva, para a hipótese de fracasso e/ou uma estratégia para enfrentar o desconhecido.[10] No entanto, vale lembrar que, apesar da presença majoritariamente masculina, os registros também mostram a presença de algumas famílias que chegaram ao Paraná, para trabalhar em colônias agrícolas, no interior do estado. Esses grupos familiares, em geral, eram constituídos por casais jovens, acompanhados dos filhos menores e de um ou outro parente próximo.[11]

Em Busca de Prosperidade e Ascensão Social

Para os imigrantes que desembarcavam em Paranaguá, a primeira providência a ser tomada era procurar compatriotas que já residiam na região litorânea. O hábito de recorrer às **redes relacionais**, também chamadas de capital social, como quer Bourdieu[12], era uma prática secular entre os portugueses e visava, fundamentalmente, propiciar ao recém chegado o apoio necessário, fosse em termos de acomodação ou indicação de trabalho, de modo a facilitar processo de instalação e adaptação nos primeiros meses. Mesmo assim, as fontes também mostram que havia imigrantes portugueses que chegavam à província paranaense sem qualquer indicação de parentes ou amigos e, por isso, eram alojados, provisoriamente, em hospedarias, localizadas próximo ao cais do porto.

Aqueles que tinham como objetivo seguir para Curitiba ou outras localidades do interior da província deveriam enfrentar um longo e precário trajeto, por terra, para transpor a Serra do Mar. A viagem pela íngreme Estrada da Graciosa[13] era feita em lombo de mulas ou carroções e podia demorar até quatro dias, dependendo da estação climática e das condições da estrada.[14]

Ao chegarem a Curitiba, os imigrantes se deparavam com uma cidade povoada por diferentes grupos de imigrantes, cujas marcas estavam impressas não só na arquitetura europeia, mas também nos hábitos e costumes da população. Na segunda metade do Oitocentos, como já vimos, a economia da província estava ancorada na produção e

comercialização da erva-mate, fator que concorreu não só para a abertura de indústrias complementares voltadas para o acondicionamento do produto, como fábricas de barrica e surrões de couro, como também estimulou a melhoria do sistema de transporte e o incremento do comércio em geral.

Nesse contexto, devido ao expressivo crescimento populacional[15] e consequente aumento do mercado consumidor, os portugueses encontravam no comércio de secos e molhados um filão interessante para conquistar a sonhada independência financeira. Além disso, com os lucros obtidos nesse ramo era possível investir, posteriormente, na produção-beneficiamento-venda da erva-mate, o que podia representar novas oportunidades de enriquecimento e ascensão social.

De acordo com o censo realizado em 1872, moravam, nessa época, na província 534 imigrantes portugueses. Note-se que esse número quadruplicou em pouco mais de quatro décadas, somando cerca de dois mil indivíduos em 1920. Todavia, como lembra Bigg-Wither, já em 1870 os portugueses e luso-brasileiros detinham o maior número de estabelecimentos comerciais existentes na capital e, portanto, presume-se que muitos deles gozavam de situação econômica privilegiada.

Como prova da estabilidade financeira e da visibilidade social que os portugueses detinham na sociedade paranaense, um grupo de comerciantes, liderados por José Loureiro Fernandes, fundou em 1878, a Sociedade Beneficente Portuguesa 1º de Dezembro. Inspirada no modelo de outras associações portuguesas fundadas no Brasil no mesmo período, a entidade, com sede em Curitiba, tinha como objetivo prestar auxílio a outros imigrantes que chegavam à província, em busca de trabalho ou que necessitavam de auxílio em caso de problemas relacionados à saúde ou à prisão.[16]

A documentação existente na sede da Sociedade permite vislumbrar o esforço realizado por esses imigrantes, estabelecidos na província há mais tempo, no sentido de oferecer condições para que seus compatriotas fossem bem sucedidos. O projeto colocado em prática pela diretoria da Sociedade estava ancorado nas **redes de solidariedade** e visava, além de manter a hegemonia dos portugueses no comércio, e integrar os imigrantes recém chegados no mundo do trabalho, inseri-los num território simbólico que garantisse a manutenção da sua identidade étnica e cultural.

As estratégias adotadas pelo grupo nesse sentido também podem ser observadas, ao analisarmos fontes como os jornais que circulavam em Curitiba na época. No período final do século XIX foram encontrados cerca de 40 anúncios publicados nos periódicos locais comunicando a organização, a dissolução ou a compra e venda de sociedades comerciais nas quais imigrantes portugueses estavam envolvidos.

É interessante observar que, em apenas três casos, a associação se deu exclusivamente entre imigrantes que já estavam estabelecidos no comércio da cidade. Na maior parte das vezes, esses imigrantes associavam-se a outros que ainda não possuíam nenhuma empresa na cidade. Ou seja, possivelmente eram recém chegados, que estavam sendo

introduzidos no ramo do comércio, com a ajuda de conterrâneos mais antigos na praça. Em contrapartida, o número de sociedades estabelecidas entre portugueses e imigrantes de outras nacionalidades era praticamente nulo.[17]

Assim, graças à adoção de estratégias que facilitavam a inserção do grupo no comércio[18], cerca de 50% dos portugueses residentes no Paraná tinham seus nomes ligados à propriedade de armazéns de secos e molhados, casas de tecidos, roupas feitas, medicamentos e outros produtos importados, tendência essa já apontada por vários trabalhos historiográficos sobre o perfil dessa etnia nas cidades brasileiras.[19]

Embora a formação da Sociedade e suas estratégias de inserção dos novos imigrantes possam nos induzir a pensar que os portugueses estavam buscando fechar-se enquanto grupo, uma análise mais ampla do contexto social em que estavam inseridos demonstra que na verdade o objetivo aqui era outro - proteger o grupo português, mantendo para si a primazia do comércio que até então era praticamente exclusividade deles. No entanto, quando se tratava de prover saúde aos compatriotas menos favorecidos, ou mesmo promover relações de sociabilidade, eles não deixavam de estabelecer laços com a sociedade curitibana constituída por luso-brasileiros e outros grupos de imigrantes.[20]

Por fim, vale comentar que embora os comerciantes portugueses estabelecidos na província fossem encontrados com maior frequência em Paranaguá e Curitiba, eles também estavam presentes em outras localidades do litoral e do interior. Na documentação pesquisada, além das cidades litorâneas de Morretes e Antonina, outros locais do interior da província, como Palmeira, Guarapuava e Jaguariaíva aparecem igualmente como locais de moradia desses imigrantes.

Em que pese o fato de morarem em locais excessivamente afastados dos dois centros urbanos mais densamente povoados, esses comerciantes mantinham vínculos não só econômicos, mas também sociais com os demais compatriotas radicados na província do Paraná. Além de fazerem parte do quadro de sócios da Sociedade Portuguesa, costumavam manter contato com os comerciantes da capital, para onde vinham, muitas vezes, acompanhados dos familiares. As relações de sociabilidade, mantidas pelo grupo, por ocasião das festas religiosas ou mesmo em reuniões sociais promovidas no interior das famílias, facilitavam o encontro dos imigrantes solteiros com as jovens filhas de "negociantes e proprietários", interessados em casá-las com pessoas pertencentes ao seu grupo étnico.

Ao mesmo tempo, para os imigrantes recém chegados, a ascensão social, além da estabilidade econômica, era outro objetivo almejado e, sem dúvida, o casamento uma das estratégias para conquistá-la. Por meio desse, era possível estabelecer alianças e ser reconhecido socialmente, migrando, mais rapidamente, do estatuto de *outsider* para o de estabelecido, conforme nos ensina Norbert Elias.[21]

Assim, o significativo número de portugueses que declararam ter se casado com mulheres brasileiras, mostra que a velha prática, descrita pela historiografia tradicional de que os imigrantes retornavam a Portugal para casar-se com moças da sua aldeia no Paraná

estava, aos poucos, sendo abandonada. Ou seja, o comportamento endogâmico do grupo, com relação ao casamento, aqui dava lugar a novos arranjos matrimoniais que pudessem assegurar status social e econômico.

Ao analisar o comportamento dos imigrantes portugueses, procurando conhecê-los a partir dos fragmentos que a documentação permite e de referências conceituais diversas, percebe-se que as práticas cotidianas, longe de serem estanques, oferecem múltiplas alternativas para que os indivíduos possam criar novas práticas culturais, muitas vezes subvertendo modelos tradicionais, alterando relações de poder e os próprios espaços organizacionais, sem, no entanto, perder a sua identidade étnica.

Ao fim e ao cabo, o que se depreende é que, embora o Paraná não fosse o destino inicial dos portugueses, para muitos imigrantes, a província se mostrou uma opção extremamente promissora, sobretudo para aqueles que ousaram abandonar centros mais desenvolvidos como Rio e São Paulo, para "tentar a sorte" nas acanhadas vilas e cidades do Paraná do século XIX.

NOTAS

* Universidade Federal do Paraná – UFPR.
** Universidade Federal do Paraná – UFPR.
*** Universidade Federal do Paraná – UFPR.

[1] BIGG-WITHER, T. P. *Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos 1872-1875*. Rio de Janeiro, J. Olympio; Curitiba, UFPR, 1974, p. 49.

[2] BOSCHILIA, R. "A Sociedade Portuguesa em Curitiba: Um Projeto Identitário (1878-1900)". In: MATOS, M.I.; SOUSA, F. de; HECKER, A. (org.s). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, Edusc, 2008, p. 344-345.

[3] Bigg-Wither, *op. cit.*, p.49.

[4] BACELLAR, C. de A. P. "Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência". In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>. Acesso em: 20 fev. 2008, p. 62.

[5] WESTPHALEN, C. M.; BALHANA, A. P. "Portugueses no Paraná". In: LEITE, R. L. (Org). *Cultura & Poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba, Juruá, 2003, p. 23-35.
[6] Certeau utiliza os conceitos de estratégia e tática para analisar as práticas cotidianas, a partir das relações de força existentes no espaço social, levando em conta as imposições ditadas pelos dominantes, e as produções engendradas pelos dominados como forma de resistência à dominação. CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 46.
[7] LOBO, E. M. L. *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2001, p. 19.
[8] A ausência de documentação relativa ao período entre 1880 e 1884, deve-se, provavelmente, ao fato dos livros terem sido destruídos ou extraviados, uma vez que os mesmos não estão disponíveis para consulta no acervo do Arquivo Público do Paraná.
[9] PASSOS, G. *A presença dos imigrantes portugueses no Paraná na segunda metade do século XIX*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.
[10] MATOS, M. I. de. "Entre o lar e o balcão: mulher imigrante". In: *Congresso Internacional: a vez e a voz da mulher em Portugal e na Diáspora, 1*., 2005, Berkeley, p. 34. 1 CD-ROM.
[11] Foram localizadas no livro de desembarque três famílias de imigrantes com esse perfil.
[12] BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo,Perspectiva, 1987.
[13] O trânsito de carroças pela Serra do Mar somente tornou-se possível com a abertura dessa estrada, em 1870. Antes disso o trajeto era feito, exclusivamente, em lombo de mulas.
[14] Vale lembrar, contudo, que os imigrantes que chegaram a partir de meados da década de 1880 já podiam contar com o conforto de vagões do trem que percorria a moderna estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, inaugurada pelo Imperador D. Pedro II, em 1885.
[15] Nos últimos 30 anos do século XIX, a população de Curitiba havia quase quintuplicado, passando de 12.651 habitantes em 1870 para 50.124 habitantes em 1900. (DE BONI, M. I. M. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1998, p. 11.
[16] Boschilia, *op. cit*., p. 347.
[17] FIAMONCINI, C. *Imigração, Cultura e Identidade: portugueses e o comércio em Curitiba no final do século XIX*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.
[18] Foram localizadas 19 cartas anexadas aos pedidos de naturalização, contendo a profissão dos imigrantes e desses, 14 informaram serem negociantes.
[19] Westphalen; Balhana, *op. cit*., p. 33.
[20] Note-se que muitos portugueses, além de exercerem cargos relevantes junto à diretoria da Junta Comercial e à Santa Casa de Misericórdia, também faziam parte de clubes e associações frequentadas pela elite ervateira.
[21] ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.